



REPRODUÇÃO DAS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DENTRO DO TRABALHO COM O LIXO EM SANTA MARIA, RS

Simone Lira da Silva¹

Este artigo tem origem em pesquisa etnográfica sobre trabalhadores com o lixo realizada para minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria. Para esta ocasião, será considerada a pesquisa realizada junto à ARPS, Associação de Reciclagem Por do Sol, de Santa Maria, RS. Objetivo do artigo: discutir algumas questões que estão ou fazem parte do trabalho com o lixo e que se entrecruzam com temáticas como: padrões de trabalho aceitos ou considerados adequados para cada sexo, remunerações estipuladas pelo gênero, dificuldades de se obter êxito no trabalho em associações com ideais de preservação ambiental e solidariedade, diante da vulnerabilidade social em que se encontram seus membros.

Na ARPS, estes pontos se faziam visíveis. Talvez por estar sempre em processo de formação e não ter lideranças sólidas. As diferenças de gênero sobressaíam ao discurso de que todos têm os mesmos direitos, e os laços de comprometimento dos associados com os propósitos da associação eram bastante frágeis. Além disso, as pessoas que faziam ou já tinham feito parte da associação a abandonavam seguidamente para realizar trabalhos temporários mais lucrativos que a seleção de materiais recicláveis.

Sendo assim, iniciarei minha exposição apresentando o processo de pesquisa e a Associação de Reciclagem Por do Sol. Depois, discutirei como se evidenciava, no cotidiano de trabalho dessa associação, a desvalorização do trabalho feminino. Por fim, levantarei alguns dos problemas encontrados pelas iniciativas de geração de trabalho e renda por meio de associações que têm em sua base ideais que vão além da simples obtenção de meios de sobrevivência. Nesse caso, trato especificamente das que visam também promover a preservação do meio ambiente e princípios de uma economia solidária.

Apresentação da pesquisa e da Associação de Recicladores Por do Sol

A minha pesquisa na ARPS constituiu-se de duas fases: uma em que realizei contatos e entrevistas com a assistente do centro social Marista Santa Marta, e outra após ela me apresentar

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON/UFSM).



aos associados. Nessa segunda fase, fazia visitas periódicas à associação (semanalmente, depois quinzenalmente) e participava da rotina de trabalho junto com eles. Todas as associadas sabiam quem eu era e o que eu ia fazer na associação. Algumas conheciam um vídeo documentário que eu tinha produzido na Associação de Seleccionadores de Material Reciclável de Santa Maria (ASMAR), quando da realização da pesquisa para a monografia de conclusão do curso em Ciências Sociais. Isso fez com que eu conquistasse a confiança das associadas mais rapidamente e também pudesse utilizar recursos de captura de som e imagem sem maiores problemas dentro da associação.

Tive oportunidade de acompanhar o trabalho na rua. Após apalpar as sacolas de lixo e perceber que havia algo interessante, eram feitos furos nas mesmas, por onde se retiravam os materiais que podiam ser aproveitados na reciclagem. Os materiais mais cobiçados eram: papel, “papel-caixinha”, papelão, garrafas *pet*, potes plásticos, caixas de leite, alumínio, ferro e cobre. As roupas encontradas dentro do lixo passavam por uma revisão e as trabalhadoras só colocavam no carrinho quando consideravam que serviriam para alguma delas ou para algum de seus familiares.

A renda mensal de cada membro ficava em torno de 160 reais, e todo mês era destinada uma quantia semelhante a essa para um caixa da associação, o qual era utilizado no pagamento de conserto ou na reposição de algum bem do galpão. Eram realizados dois turnos de trabalho, um iniciando às 8 horas e 30 minutos da manhã e o outro às 14 horas. A coleta do material reciclável era feita em alguns pontos fixos, como colégios, comércios e residências, mas, na maior parte dos dias, a rotina consistia em sair pelas ruas em “zigzague” procurando pelos materiais nas lixeiras. Depois de levado ao galpão, o material era selecionado e separado em grandes sacos. Quando estes estavam cheios, era feita a prensagem dos materiais que seriam vendidos em fardos de mais ou menos 150 quilos cada. Não havia divisão de tarefas e todos os associados participavam dessas atividades ao mesmo tempo, ou seja, quando saíam para fazer a coleta, todos iam juntos e todos participavam da seleção no galpão.

Os associados eram, em sua maioria, moradores da Nova Santa Marta, a qual é originária de uma área de ocupação que iniciou a se formar em 1991. Devido a todo este tempo de existência, muitas casas já estão bem construídas, seus moradores têm trabalho de carteira assinada e carro, constituindo uma classe média baixa bem estabelecida no local. No entanto, em alguns pontos desse bairro, predominam construções rudimentares, algumas constituídas de um único cômodo, chão de terra batida e feitas de restos de materiais que encontram abandonados nas ruas. Até setembro de 2009, a maioria das ruas não tinha pavimentação, esgoto, ou água fornecida pela empresa de responsável por este serviço na cidade. Após esta data, as mais de 250 hectares que constituíam a



ocupação foram entregues ao município e este pôde dar início ao processo de regularização fundiária das residências. Como consequência disso, muitas obras foram iniciadas nesse local.

Durante o período de minha pesquisa, todo o ano de 2009, a ARPS estava sob responsabilidade do Centro Social Maristas da Nova Santa Marta, em Santa Maria. Meu primeiro contato com a ARPS foi feito por meio desse centro. Segundo a Assistente Social, a associação teria surgido através de iniciativas de Irmão Pedro, há mais de seis anos. Ele trabalhava no Centro Social Marista e percebeu a grande quantidade de alunos que tinham pais que trabalhavam com o lixo. Após a saída de Irmão Pedro, o centro continuou a auxiliar a associação, deixando à disposição dela uma assistente social da escola.

Para passar a fazer parte da ARPS, o indivíduo deveria primeiro ter uma entrevista com a assistente social, a qual “levava” o nome dele aos membros da associação e, no momento em que a associação viesse a necessitar de mais um integrante, os associados escolhiam quem eles chamariam. Há alguns anos antes de minha pesquisa, a ARPS chegou a contar com cerca de dez associados, entre homens e mulheres. A presença de ambos os sexos começou a gerar conflitos que iam desde intrigas amorosas, até divergências a respeito das mulheres receberem a mesma quantia que os homens pelo trabalho. Por conta desse tipo de acontecimento, a associação quase foi fechada. Quando se decidiu que ela voltaria ao funcionamento, foram estabelecidas novas regras, entre elas, a de que os interessados em se associar, primeiro, deveriam passar pela assistente social e a de que, a princípio, apenas mulheres seriam aceitas na associação,

Mesmo com um grupo composto apenas por mulheres, a associação continuou a ter uma rotatividade muito grande de seus membros. Quando iniciei minha pesquisa, em janeiro de 2009, as associadas mais antigas estavam para completar um ano de trabalho. Em janeiro do ano seguinte, nenhuma delas fazia parte do grupo. Mesmo tendo oportunidades menores de conseguir outros empregos, sua permanência na associação era bastante efêmera. Os motivos dessas saídas variavam: um trabalho novo, o nascimento de mais um filho que as obrigava a se afastarem por alguns meses, um novo parceiro que podia sustentá-la, doenças na família que passavam a exigir o cuidado permanente dessa mulher e também o alcoolismo.

Mais do que descrever o cotidiano de trabalho da associação, quero chamar a atenção para dois fatos que se sobressaem nesse contexto: um deles é a, já bastante discutida, questão da desvalorização do trabalho feminino. O outro, o questionamento sobre até que ponto a ideia de sustentabilidade, cooperativismo, economia em bases solidárias tem sido saída eficiente para camadas de baixa renda.



Gênero e o trabalho informal

Parte do que foi visualizado dentro da ARPS é parte de processo histórico de precarização do trabalho feminino e está presente em muitas outras organizações de trabalho semelhantes a essa associação. Considero importante mostrar como a mulher vai sendo, aos poucos, inserida no mercado de trabalho e passa a ocupar cargos mais desvalorizados dentro desse. Segundo dados da pesquisa de emprego mensal de janeiro de 2008, a participação das mulheres vem crescendo. Quarenta por cento das mulheres com 10 anos ou mais das principais capitais brasileiras trabalhavam em 2003, enquanto que, em 2008, 43% faziam parte do mercado de trabalho. Mesmo assim, elas ainda são minoria, principalmente no mercado formal de trabalho. E destas, apenas 40 % trabalhavam com carteira assinada, enquanto que, entre os homens, esta porcentagem sobe para 50% (IBGE, 2008, p. 3).

Segundo Araújo et al.(2004, p. 2), as muitas transformações que ocorreram no mundo do trabalho têm em comum o processo de descentralização e horizontalização da produção, o que impulsiona “o crescimento do trabalho precário, terceirizado e informal”. Para os autores, os efeitos – perversos, desiguais e excludentes – atingiriam de forma particular as mulheres (Ibidem, p.5). Para Martins (2005), o fato de a precariedade do trabalho atingir em maior proporção a população do sexo feminino pode ser visualizada pela presença majoritária das mulheres em galpões de triagem de lixo (Ibidem, p. 65). Considerando Cortazzo e Schettini (2002), poderíamos, parcialmente, justificar isso porque, diante das crises econômicas, é a mulher — em sua grande maioria — quem busca estratégias de sobrevivência, inventando trabalho para si mesma e para a família. Estas formas inventivas estão, em sua maioria, dentro do mercado informal (Ibidem. p.19).

Tanto na ARPS como em outras associações de Santa Maria, as mulheres tinham um papel importante no sustento da família. Uma das senhoras com quem fiz minha pesquisa, por exemplo, mesmo tendo quase sessenta anos, era responsável pelo sustento do marido doente, de oito filhos, de uma nora menor de idade e de duas netas. Além disso, nas associações, as mulheres eram maioria e ocupavam os principais cargos de diretoria. Também em Porto Alegre, Martins (2005, p. 65) verificou a presença majoritária de mulheres nos galpões de reciclagem. Na ARPS, não era diferente, embora os homens reclamassem que as mulheres recebiam o mesmo que eles pelo trabalho, eram elas que ocupavam os cargos de diretoria e participavam dos encontros de trabalhadores com o lixo realizado em Santa Maria ou mesmo fora da cidade. Este foi um dos fatores que favoreceu a decisão de não mais admitir homens dentro da associação.



Uma das explicações possíveis para a precarização do trabalho feminino é a pouca escolaridade que a maioria das mulheres desses setores populares possuem. Isso faz com que elas tenham dificuldade de conseguir trabalho formal. Além disso, para elas, não é tão fácil conseguir outros trabalhos, os “bicos” como costumam chamar, já que setores como o da construção civil, que disponibilizam mais vagas para este tipo de trabalho, normalmente, não os fornece para as mulheres. Elas também não cogitam, em sua maioria, realizar tais trabalhos. As mulheres com as quais fiz a pesquisa tinham também uma série de responsabilidades junto a suas famílias (participar de reuniões nos colégios, levar familiares ao médico, cuidar das crianças e dos doentes da família), que não permitia a elas cumprir os horários exigidos na maioria dos empregos formais. Assim, embora não tivessem nenhum direito trabalhista, sabiam que o trabalho com o lixo garantiria uma solução imediata, ainda que parcial, de seus problemas.

Entendo que esta solução não é fornecida apenas pelo trabalho com o lixo, mas por todas as formas associativas com princípios de economia solidária. Embora seja inegável a importância desse tipo de trabalho em alguns grupos, inclusive em Santa Maria, pergunto como indivíduos em situações de desemprego e em tantas outras formas de vulnerabilidade têm conseguido participar efetivamente dessas formas alternativas de trabalho e renda. Estas vulnerabilidades se dão tanto pelas dificuldades de relacionar-se com os colegas de trabalho quanto pela dificuldade de alcançar conhecimentos que permitam aos seus membros atuar e se desenvolver enquanto um ser social e político. Ao que parece, a participação de grande parte das camadas populares é bastante sazonal e utilitarista. É sobre isso que passarei a discutir na sequência.

Economia solidária e trabalho sustentável: uma opção para as camadas populares?

Muitas das associações que vêm se formando para trabalhar com a seleção e venda de materiais recicláveis, em especial as formadas dentro de Santa Maria, RS, desenvolvem-se com base em um conjunto de ações e modos de trabalho que tem sido chamado de economia solidária. Segundo Gaiger (2004), visualiza-se tanto na bibliografia acadêmica quanto nos pontos considerados como relevantes pelos sujeitos que promovem a economia solidária, oito características. São elas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (Ibidem, p. 11).

Para indivíduos como os associados da ARPS, cuja situação econômica beira a miséria total, a urgência de auferir ganhos financeiros imediatos é muito maior. Pensar em uma produção autossustentável, igualitária e cooperativa é inviável se isto não lhes proporcionar os provimentos



necessários para sua sobrevivência. Sendo assim, os interesses coletivos da associação sempre estavam subordinados aos interesses individuais. Em parte devido ao pouco tempo que estes associados permaneciam na associação, o que não permitia que tomassem conhecimento e passassem a ter um sentimento de comprometimento com os valores da associação, em parte porque mesmo que considerassem importantes as atitudes propostas, nem sempre tinham condições de segui-las à risca. Além das condições econômicas, já mencionadas, as trabalhadoras da associação também estavam suscetíveis a ter de abrir mão dos interesses da associação em prol das responsabilidades sociais historicamente atribuídas à condição de mulher.

A responsabilidade social de cada um dos associados frente a questões de preocupação mundial era amplamente divulgada dentro da associação. Todos sabiam que, ao recolherem os lixos das ruas para a reciclagem, contribuía para a preservação do meio ambiente. No entanto, em momento algum, isso os estimulava a recolher materiais que, embora possíveis de reciclar, possuíam um menor preço no mercado de reciclagem. Em muitas ocasiões nas quais eu realizei a separação dos materiais junto aos trabalhadores, era orientada a pôr no “lixo” determinado material porque ele ocuparia espaço e não estava dispendo de um bom preço no momento.

Isso tudo deixava claro para mim que há duas instâncias bastante distintas a serem consideradas quando estudamos temas como trabalho em associações, economia solidária e preservação do meio ambiente. Uma delas são os órgãos promotores ou incentivadores desse tipo de trabalho que dão apoio financeiro e ideológico para a formação desse tipo de empreendimento: igreja, ONGs, universidades ou prefeituras. No caso da ARPS, isso era extremamente visível no papel ocupado pela assistente social e pelo Centro Social Marista Santa Marta.

A outra instância envolve os indivíduos que vão efetivamente trabalhar dentro de uma associação regida por princípios da economia solidária ou ambientalistas. Nesse caso, é necessário considerar que os motivos que os levaram a trabalhar de forma associativa podem ser de ordem bastante distinta dos motivos de quem propaga ideais da economia solidária. No caso de trabalhadores com o lixo, o desemprego prolongado é um dos principais motivos. Contribui para isso o fato de que a maioria desses trabalhadores tem uma escolaridade muito baixa, o que dificulta a inserção deles em outros setores da economia. Sendo assim, estes iniciam o trabalho dentro de uma associação como forma de subsistência. A adesão aos princípios da economia é feito gradualmente e, em alguns casos, não chega nem a iniciar de fato, devido ao pouco tempo de permanência da maioria dos associados.



A desconcertante questão que surge disso tudo é se o trabalho sustentável, estaria conseguindo ser uma eficiente alternativa de geração de renda para populações pobres, já que este, juntamente com relações igualitárias de gênero, parecia ser essencial para que os indivíduos tivessem uma adesão completa aos objetivos das associações das quais passam a fazer parte. Se, em um mundo globalizado e com grandes inovações tecnológicas que nem sempre chegam até as periferias, o papel da economia solidária seria ajudar a incluir – como me relatou a Irmã Lourdes Dill, principal representante/liderança dos empreendimentos de economia solidária de toda a Região Central do Estado do Rio Grande do Sul –, como proporcionar que os indivíduos tenham condições plenas de permanecerem nesses empreendimentos?

Com base nas pesquisas que realizei, não só com a ARPS, mas também com outras associações de reciclagem de Santa Maria, considero ser possível afirmar que a atitude pragmática de selecionar apenas materiais com melhor preço no mercado, adotada pelos indivíduos no cotidiano de trabalho das associações, não contradiz, necessariamente, o discurso que colocava as associações de reciclagem como entidades comprometidas com a preservação do meio ambiente. Bem como as atitudes que buscavam maximizar lucros, como parcerias com empresas locais, estimulação da concorrência entre os compradores de materiais recicláveis não as excluem totalmente dos padrões do que seria economia solidária.

Entendo que há um padrão ou um ideal do que se espera dessas associações, tanto em relação a seu comprometimento ambiental quanto a seus princípios solidários e anticapitalistas. No entanto, entre este ideal e as ações que não poderiam ser aceitas de forma alguma dentro de associações vinculadas a valores de preservação do meio ambiente e de solidariedade, há um vasto leque de possibilidades. O conflito ou o não comprometimento com alguns ideais não se configura em um total desvio dos objetivos dessas associações, mas pode ser, em muitos casos, a única maneira de elas continuarem existindo. São estratégias legítimas e necessárias para estes grupos conseguirem se sustentarem nesse trabalho.

Segundo Addor (2006, p.3), alguns teóricos consideram que é importante para a sobrevivência da economia solidária a interação princípios capitalistas, enquanto que outros, mais comprometidos ideologicamente, veem essa atitude como contrária ao caráter alternativo a que se propõe a economia solidária. Singer (2000) entende que a economia solidária é, sim, um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo e que o caráter híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias é apenas aparente, pois, na realidade, a economia solidária constitui uma síntese que supera ambos (Ibidem, p. 13). Já, segundo Souza (2000), as organizações



surgidas da economia solidária estão em ampla expansão e desenvolvimento. Para o autor, essas iniciativas também transformam mentalidades, gerando ganhos como a melhora da “auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos” (Ibidem, p.10).

Mais do que nos centrarmos nessas definições, é necessário perceber as ações das associações no contexto social de que fazem parte e o tipo de possibilidade de intervenção que este lhes proporciona. Como os autores Derksen & Gartrel (1993) verificaram em seu estudo com a população da província de Alberta, no Canadá, não basta que os indivíduos compartilhem ideias ou sentimentos em prol do meio ambiente para que tenham comportamentos que favoreçam a reciclagem. A preocupação com o meio ambiente não tem efeitos diretos no comportamento de reciclar, a não ser que os indivíduos estejam em contextos favoráveis à realização da reciclagem (Ibidem, p. 439). No caso dos trabalhadores com o lixo pesquisados por mim, suas preocupações com o meio ambiente só tinham influência em seu trabalho de seleção se fosse possível vender os materiais coletados a um preço minimamente compensatório; assim como seu comprometimento com os princípios de solidariedade ou igualdade só se davam se estes lhes permitissem sustentar de forma satisfatória suas famílias.

Não basta divulgar informações e apelar para que estes indivíduos se comprometam com pretensões macro de preservação ambiental ou de solidariedade, sem dar a eles condições para se envolverem plenamente. No caso das mulheres da ARPS, não bastava que os órgãos que apoiavam a associação às estimulasse e fornecessem recursos para que elas participassem de fóruns, congressos ou reuniões de discussões sobre o trabalho de quem recolhe lixo nas ruas de Santa Maria ou sobre a situação da mulher nos dias atuais. Isso não era suficiente para mantê-las dentro da associação. Em síntese, o objetivo de toda esta explanação é chamar a atenção para o que considero ser o grande desafio das instituições promotoras de empreendimentos, como das associações de trabalhadores com o lixo.

Considerações Finais

A pesquisa junto às trabalhadoras com o lixo da Associação de reciclagem Por do Sol de Santa Maria possibilitou tomar conhecimento de duas questões que fazem parte do cotidiano de trabalho de uma associação e que precisam ser pensadas para o êxito desse tipo de empreendimento. De um lado nos encontramos diante das desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho entre homens e mulheres, bem como a dificuldade de fazer com que o trabalho feminino seja



igualmente valorizado, inclusive em circunstâncias alternativas, como o trabalho em associação. De outro lado, a necessidade de criar condições econômicas e sociais adequadas para que os membros de uma associação consigam entregar-se plenamente aos objetivos coletivos dessa.

Embora eu possa ter sido enfática em relação às dificuldades que se têm de fazer com que os ideais solidários e ambientalistas tenham êxito em determinadas grupos sociais, dado as drásticas condições de vida, não vejo negativamente as iniciativas desse porte. Apenas pretendo sugerir que sua implementação efetiva defronta-se com diferentes contradições e depende de suportes que possibilitem aos indivíduos romperem com as dificuldades.

Bibliografia

ADDOR, Felipe. Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. In. IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA NESOL, 4., v. 1, 2006, São Paulo. *Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina*. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/p/agosto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%C3%ADpios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Desafios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Brasil%20uma%20sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20literatura%20existente..pdf>

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar; FERREIRA, Verônica Clemente. O sentido do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. In. VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2004, Coimbra. *A questão social no novo milênio*. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf

CORTAZZO, Inés; SCHETTINI, Patricia. Uma pesquisa, na Argentina, sobre um velho fenômeno: inclusão da mulher no trabalho. In: *Mulher e trabalho*. Porto Alegre: FEE, 2002. v. 2, p.119-127. http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf

DERKSEN, Linda e GARTREL, John. The social context of Recycling. *American Sociological Review*. v. 58, n. 3, p.434, jun. 1993. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2095910>. Acesso em: 15 jan. 2010.

GAIGER, Luiz Inácio (org). *Sentidos e Experiências da economia Solidária*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

IBGE. *Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, 2003-2008*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/



MARTINS, Clitia Helena Backx. *Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional*. In: *Mulher e Trabalho*. Porto Alegre: FEE FGTAS/SINE-RS DIEESE SEADE-SP PMPA FAT, março de 2005, v. 5, p. 65-78. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov/sitefee/download/mulher/2005/artigo.pdf>

SINGER, Paul. *Economia Solidária um modo de produção e distribuição*. In: *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Andre Ricardo. *Um instantâneo da economia solidária no Brasil*. In: *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Paul Singer e Andre Ricardo de Souza (org) São Paulo: Contexto, 2000.